

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA Publicação Correio do Mundo  
Local Braga Data 14/09/1992 Série \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

**ENCERRADAS AS  
COMEMORAÇÕES  
DO IV CENTENÁRIO  
DE ESPOSENDE  
com a presença do  
Ministro de Estado, Adjunto  
do Presidente do Conselho**

**Entregue ao Dr. João Mota Pereira de Campos a  
«Medalha de Ouro» do Concelho, pelo  
Presidente do Município esposendense, Prof. Carlos  
Oliveira Martins ★ O Ministro de Estado foi ainda  
homenageado durante um Jantar no Hotel de Ofir  
★ Importante discurso pronunciado, nos Paços do  
Concelho, pelo Ministro de Estado**

Esposende viveu, ontem, um dia grande. E este teve a sublinhá-lo uma efemérides histórica — o IV Centenário desta laboriosa e marinheira Terra, desde que fez jus à sua alforria — e ao mesmo tempo o preito de um tributo de gratidão que lhe está na índole e no carácter. Referimo-nos à homenagem que também, no dia onomástico do encerramento das comemorações daquele IV Centenário, os esposendenses — sem distinção de classes e posses — quiseram tributar ao sr. Dr. João Mota Pereira de Campos — actual Ministro de Estado, Adjunto do Presidente do Conselho — mas que, há 22 anos anos (desde então a sua formatura, de homem e de advogado) ali tem vivido e trabalhado, e ganhado prestígio e honras que o distinguem entre todos. Homenagem que se traduziria em dois números relevantes: uma sessão solene, nos Paços do Concelho, durante a qual seria saudado pelo Presidente do Município e receberia ainda, das mãos do primeiro edil, a Medalha de Ouro do Concelho; e um jantar de homenagem no Hotel de Offir, com a presença de mais de centena e meia de ilustres individualidades — no meio das quais muitas e distintas Senhoras — e que englobaria também a Senhora do Ministro de Estado, em suas altas virtudes de Mãe e Esposa.

Assim, cerca das 17 horas, o sr. Ministro de Estado chegava a Palmeira, no limite do concelho, indo de Braga por Barcelos, para Esposende. A tarde estava de cariz frio e pesado, mas mesmo assim,

## O Ministro de Estado narra a história de Esposende em estilo próprio e académico, e faz importantes declarações

O sr. Dr. Sobral Torres, Presidente da Comissão encarregada das Comemorações do IV Centenário de Esposende, segue-se ao prof. Oliveira Martins no uso da palavra. Fala, representativamente, mas foca aspectos que denunciam a grandeza das Festas que estavam a ser encerradas. E é depois que o sr. Ministro de Estado pronuncia o seu notável discurso, histórico e político, que damos na íntegra aos nossos leitores:

«1 — Há cerca de três anos, em atenção a alguns pequenos serviços

que ao longo da minha vida me esforcei por prestar a Esposende, a Câmara Municipal entendeu por bem distinguir-me com a atribuição da medalha de ouro do município.

Por razões várias — que têm a ver com a minha maneira de ser e de sentir — não tendo podido opor-me com êxito à concessão desse galardão, procurei sempre furtar-me à sua efectiva entrega.

Acontece, no entanto, que apesar do tempo entretanto decorrido, não esqueceu a Câmara a deliberação que o sr. Presidente da Câmara teve, há instantes, ocasião de relembrar; e aproveitou a minha vinda a Esposende, em circunstâncias que me privam de eficazes condições de resistência, para concretizar a resolução em tempos tomada.

Que dizer pois, nestas circunstâncias?

Apenas que aprecio e agradeço o gesto com que a Câmara Municipal quis honrar-me e que vem estreitar ainda mais — se tal é possível — os fortes laços de afectividade e solidariedade que me prendem a esta terra e aos seus naturais que sempre tiveram a generosidade de me acolher como um dos seus e acarinhá-lo muito para além dos meus merecimentos e serviços.

2 — Encerra-se, com esta cerimónia em que tenho o prazer de participar, o ciclo de comemorações festivas do acontecimento mais alto da história de Esposende.

Completam-se, com efeito, 400 anos sobre aquele em que o moço-rei D. Sebastião, convenientemente informado e instruído pelos seus funcionários e conselheiros, tomou a decisão de elevar Esposende à dignidade de Vila e de definir os limites do seu território municipal — con-

querda, pelos srs. Presidente da Câmara, deputado eng.º António Lacerda e representante da A. N. P..

Em cadeirão especial sentava-se o Arcebispo Primaz.

Abriu a sessão o Presidente da Câmara, que pronunciou o discurso da circunsiância, e fez entrega da «Medalha de Ouro» ao Dr. Mota de Campos.

## Sessão Solene e entrega da «Medalha de Ouro» do Concelho ao Dr. João Mota Pereira de Campos

souberam reivindicar com energia, justificar hábilmente e alcançar com justiça.

A consagração oficial do velho e poderoso anseio esposendense teve lugar em 19 de Agosto de 1572.

O reinado de D. Sebastião iniciara-se 4 anos antes — exactamente a 20 de Janeiro de 1568, data em que perefez os catorze — quando o Cardeal D. Henrique achara oportuno transmitir-lhe os poderes que como regente até aí detivera, na convicção profunda de que o espírito do príncipe seu sobrinho estava amadurado com prudência para reger seus reinos».

Aquele jovem-rei, robusto de corpo e de inteligência aguçada, bem dotado parecia, na verdade, para governar o país e assegurar com brilho a continuidade dinástica de que — mortos prematuramente os nove filhos de D. João III — ele (por isso mesmo «O Desejado») era a única garantia.

Quando D. Sebastião, com os seus 14 anos, tomou conta das rédeas do poder, atravessava Portugal uma época de pungente incerteza — uma daquelas situações históricas em que as estruturas de uma Nação entram em crise e os objectivos de um povo têm de ser analisados e redefenidos, sob pena de a desproporção entre os meios e os fins provocar o risco de tudo se perder.

Passara já, com efeito, a hora mais alta da gesta dos descobrimentos e conquistas — hora em que, no dizer insuspeito de um estrangeiro ilustre — «É Portugal a primeira Nação da Europa, a nação condutora da Humanidade».

Mas se tal hora havia passado, a bandeira de Portugal continuava, vitoriosa, a tremular nas mais remotas paragens do Oriente, nas Costas de África, no Brasil e nas praças-fortes de Marrocos; e constantemente se repetiam, por esse mundo que havíamos descoberto e conquistado, gestos de heroísmo e de grandeza que chegavam para sobressal-

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA

Publicação

Correio do Minho

Local

Braga

Data

13/12/1972

Série

N.º

tar de orgulho os corações portugueses.

Na Índia, o poderio das quinas afirma-se na reconquista de Damão; no Norte de África, escrevem-se páginas de glória nas muralhas de Mazagão, cujo cerco é vitoriosamente quebrado em condições tais que no Concílio de Trento o Papa Pio IV celebra o triunfo português sobre os infiéis como acontecimento festivo para toda a cristandade: no Brasil, é a resistência triunfante aos corsários franceses, que aí se procuravam estabelecer e que são finalmente expulsos — na mesma época em que é fundada a nova cidade de S. Sebastião que haveria de chamar-se do Rio de Janeiro.

Não estávamos ainda, por isso, megulhados na apagada e vil tristeza que Camões, desiludido e cansado dos seus próprios «erros mil e má fortuna», era tentado a ver em tudo e em todos quando, no preciso ano em que haveria de ser concedido o foral a Esposende, consegue fazer sair em Lisboa a 1.ª edição dos Lusíadas cujo centenário Portugal tem vindo a comemorar.

Mas se a hora era ainda de fulgores guerreiros e espirituais, presentia-se que o esforço exigido do pequeno povo lusitano não poderia ser suportado indefinidamente e que o momento de ruptura não poderia tardar. D. João III assim o entendera, procurando organizar e encurtar a frente.

Mas o prudente e piedoso Rei morrera.

Vivia D. Sebastião, intensamente, as horas empolgantes dos últimos rasgos da epopeia seiscentista. E não recebia na Corte — nem seria fácil ministrar-lha depois que lhe fora entregue o poder — educação que lhe provocasse desamor pelos feitos militares e lhe incutisse no espírito a prudência, a moderação, a consciência da limitação dos meios humanos e materiais e da necessidade de sarar no país as terríveis feridas de guerras sem fim.

Antes vinham de todos os lados, ao seu redor, os incitamentos e os apelos mais frementes ao retomar da epopeia e à conquista das glórias que tinham coroado seus maiores. Os livros que lê, os feitos que lhe narram, as lisonjas em que o envolvem, os poetas que o cantam — e Camões à cabeça de todos: «dareis matéria a nunca ouvido canto» — tudo se conjuga para entontecer, em febre de ar guerreiro, o espírito generoso do jovem monarca.

Menino ainda, ouve o seu preceptor, P.º Luis da Câmara, falar-lhe do erro que constituiria, em seu juízo, o abandono das praças africanas decidido por D. João III — Safim e Azamor em 1541, Alcácer-Seguer e Arzila em 1549 e 1550 — o que leva o príncipe a exclamar: — «Cuido em tornar a África, quando for de idade conveniente»...

Se a educação e o convívio não são propícios a afastar D. Sebastião do culto das glórias militares, não menos intensa é a religiosidade do ambiente que o cerca e o profundo fascínio que exerce na alma do príncipe cristão a ideia de se bater por Cristo. Deste modo, o sonho que o invade e avassala — sonho por mais de uma vez confessado — é o de vir a ser o «Capitão de Deus».

No espírito nobre e ingénuo do Rei surgem, a par disso, os mais belos pensamentos e intenções: — propõe-se «fazer justiça ao grande como pequeno sem distinção de pessoas» ser «pai dos pobres e dos que não têm quem faça por eles»; «prover os cargos e ofícios em quem for para isso e não por outros respetos»; e «nos negócios ter primeiro conta com o bem comum, depois com o partícula»...

A sua maneira de ser revela-se transparentemente quando, perante o túmulo de D. Pedro I, exprime severamente a sua reprovação pelos excessos que este cometera; tal como, trazindo uma correcta noção dos valores autênticos, se recolhe comovidamente, na Batalha, junto do túmulo aberto e do cadáver incorrupto de D. João II e exclama para quantos o cercam: «este foi o maior oficial que houve do nosso officio».

É murmura ainda, ao retirar-se, com os olhos fitos no vulto do Príncipe-Perfeito — «Este é o meu rei — este é o meu Rei!».

Empolga-o, porém, a ansia de novas glórias para Portugal, o que o leva a proclamar em Coimbra, perante a estátua jacente de D. Afonso Henriques e depois de beijar respeitosamente a espada da Fundação — «Ainda um dia me hei-de valer dela contra os mouros, metendo Portugal pela África dentro».

Não meteu. Em 4 de Agosto de 1578, com 24 anos apenas, ia morrer heróicamente — devagar e pelejando — aquele sonhador príncipe português, aquele jovem Rei «Desejado», imaculado e louco. «Louco, sim, louco porque quis grandeza, qual a a Sorte a não dá»... como dele havia de lapidarmente dizer o sublime poeta da Raça que foi Fernando Pessoa.

3 — Decidiu a Câmara Municipal de Esposende homenagear a memória de D. Sebastião, erguendo-lhe a estátua nesta Vila que ele criou. Bem andou ao fazê-lo, porque muito ficou Esposende a dever ao príncipe português que subscreveu a carta consagradora da autonomia municipal por que os moradores de Esposende durante tanto tempo e tão corajosamente se bateram.

É, aliás, profundamente curioso e instrutivo saber como naquela época tão conturbada da história pátria em que pelas sete partidas do mundo se jogavam os destinos do Império, se passavam e eram consi-

deradas as pequenas coisas da administração corrente, respeitantes aos interesses dos povos distante da capital.

Tenho o gosto de trazer comigo, em fotocópia e certidão extraiadas dos arquivos da Torre do Tombo, a carta por que D. Sebastião elevou Esposende à categoria de Vila. Gostosamente ofereço estes papéis a Esposende, depositando-os nas mãos do sr. Presidente da Câmara, como singela lembrança da minha vinda aqui.

Não vos cansarei com a leitura do bem estruturado documento. Mas não quereria deixar de recordar os factos, que lhe estão ligados, começando por referir que a elevação de Esposende a vila foi fruto da pertinácia das gentes de então, que sabendo enfrentar hábilmente, e vencer os interesses contrários, depois de deduzirem a sua pretensão perante D. João III a repuseram, após a morte deste, perante o jovem-rei que lhe sucedeu, justificando-a com pertinentes e valiosos argumentos.

Segundo consta da sua exposição, Esposende, lugar do termo de Barcelos, contava então «Trezentos e setenta para quatrocentos vizinhos juntos e arruados» certo sendo que se não tratava apenas de gente laboriosa do campo ou das faíenas da pesca. Esposende era então, como na petição se esclarece, «porto de mar e que ha setenta pera oynta naujos grandes, muytos pillotos e homens do mar». Ora a indústria da construção naval, as diversificadas actividades mercantis e a prestação de outros serviços que o movimento marítimo de tão activo porto não podia deixar de estimular, haveriam de traduzir-se, naturalmente, em prosperidade ou simples desafogo económico para muitos e em prestígio, relações e influência social para as figuras mais gradas do meio.

Compreende-se, deste modo, que a localidade fosse «muyto nobre de casaryas e gente rryca e abastada» e — como hábilmente se insinuava na exposição — «a mayor parte della do serviço de Vossa Alteza», pois se tratava de marítimos experimentados, tão necessários naquela época em que as armadas do Reino continuavam a demandar o Oriente, afidendo e ampliando os domínios portugueses, tal como asseguravam a defesa do Brasil, protegiam as nossas costas e as rotas marítimas dos frequentes assaltos dos corsários e conduziam os avultados reforços militares às praças-fortes de Marrocos que a pertinácia dos mouros mantinha em permanente sobresalto.

Ora — salicntamos no seu requerimento os defensores da autonomia esposendense — apesar da inegável importância da localidade, nela não havia «escryuão nem taballjão nem

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA

Publicação

Correio do Mundo

Local Braga

Data 11/03/1972

Série

N.º

outro allguu official de justiça—razão porque tinham de recorrer às justças de Barcelos. Mas esta villa distava de Esposende «duas legoas muito grandes» e no seu termo havia «passante de vinte mil fogos a que comodamente se não pode dar despacho por rrezo de todos estarem debaixo de hua so judicatura». E era evidente que sendo os esposendenses «homens do mar e terem suas navegações», não lhes convinha deslocarem-se a tão distante villa (a mais de duas léguas muito grandes...) para al «requerer suas justças»—deste modo acontecendo que «muitas vezes as deixão perder».

Isto era realmente grave. Já o era — esclarecia-se ao Rei — quando «vosso avó que esta em gloria foy informado» destas coisas, numa altura em que o lugar «não era tão nobre como agora».

Só que a situação piorara desde então, já que Esposende corria agora maior «arrisquo de ser saqueado... por os muitos cosayros do mar que facilmente o podem fazer sem contradição allgua por falta de justiça que nelle não rrejde» — e não havendo autoridades locais, compreende-se a dificuldade em organizar a defesa e a reacção contra os piratas e até em lhes aplicar a justiça «com a presteza e penas que pera tal caso he necessario».

Mas claro está que se não tratava apenas de escorraçar, combater e punir os corários.

Num tão movimentado tempo, ainda para mais porto de mar como Esposende, a justiça local era também necessária para «ocorer a outros muitos desaguçados que cada dia no dito lugar se soçedem».

Só havia, pois, uma maneira eficaz de remediar as agruras dos Esposendenses; e essa seria D. Sebastião a «merçe de os fazer villas» — mas dando-lhes o necessário território municipal, ou seja «termo conueniente com que se posão socorer».

E era óbvio que D. Sebastião não tinha que hesitar em aceder a tal petição porque, dando-lhe despacho favorável, o Rei seria «melhor serujido e o pouo menos avexado e oremjdo».

Mas D. Sebastião hesitou, porque o processo tinha as suas regras e era preciso apurar a veracidade das alegações esposendenses, tanto mais que estavam também em causa os interesses de Barcelos, terra do poderoso Duque de Bragança que bramento não levar a bem o desmembramento territorial a que as gentes de Esposende tão ousada e reiteradamente aspiravam.

Prudentemente, o Rei decidiu mandar investigar, através de um homem esclarecido e alheio aos interesses em jogo, todos os factos relevantes invocados na petição esposendense.

E, assim, determinou «ao provedor da comarca e provedoria de

Viana Foz de Lyma que se informasse do contido na dita petição; «e soubesse quantos vizinhos no dito lugar avia e a callydade delles e quantos nauyos tinha e a distância que avia do dito lugar a dita villa de Barcellos».

Mas a boa justiça exige que se oiça também a outra parte interessada. E ao provedor é por isso ordenado também pelo Rei que dê «vista da dita petição ao procurador do Duque de Bragança, meu muyto amado e prezado sobrinjo cujo he o dito lugar».

É evidente, porém, que não bastava ouvir o procurador do Duque, porque se Barcelos era terra sua, era-o igualmente Esposende; e como os seus direitos não ficariam em principio afectados pelo pretendido desmembramento, poderia ser tentado a dar uma fácil/concordância à pretensão esposendense. Por isso, mais do que colher a opinião do procurador do Duque — o que se podia antolhar formalidade de somenos importância — convinha ouvir os genuinos representantes do interesse barcelense.

Deste modo, o rei determinou mais ao provedor da comarca de Viana da Foz de Lima «que ovjse... os officias da Camara da dita villa de Barcellos».

E ordena-lhe finalmente que «de tudo (o que) achasse e hus e outros disessem fizesem fazer autos», e que lhe «enujase o treslado delles autêntico»; e que lhe «escrevese seu parecer acerqua do que os moradores do dito lugar d'Esposende pidião».

A tudo o que lhe fora determinado deu o provedor de Viana inteiro cumprimento.

Começa por confirmar a veracidade de quanto havia alegado pelas gentes de Esposende, precisando que o lugar cantava 370 «vizinhos mareantes» e que dispunha de 74 «nauyos d'allto bordo a que chamão carauellas»; e verifica, mais «aver duas legoas grandes do dito lugar d'Esposende a dita villa de Barcellos».

Procede do mesmo modo o provedor à audiência das autoridades de Barcelos donde, como era de esperar, haviam de surgir as dificuldades maiores.

E surgem. Compreensivelmente os officias da Câmara da dita villa opõem-se tenazmente às veleidades autonomistas de Esposende: lamentam-se, antes de mais, de «que serya grande deminuição de Barcellos apartarse e jentarse delle Esposende»; contestam, depois, uma das mais importantes razões alegadas a favor da separação, afirmando que havia em Esposende «muyto poucas caussas e negocios» pelo que «lhe abastam, ainda, que dado o reduzido número e a qualidade de mareantes dos moradores de Esposende, este

lugar não dispunha de gente sufficiente para os trabalhos de navegação e para prover às necessidades de uma administração própria — ou, no expressivo dizer dos officias da Câmara da vizinha Vila, «não avia gente para se governar por andar sempre sobre o mar».

Aliás, o problema não era só de gente qualificada para os quadros e tarefas do governo local — pois a conveniente sustentação e exercício da autonomia municipal tinha o seu custo em dinheiro e assim, diziam os de Barcelos, «fazendose (Esposende) villa era necessario fazerem-se despesas pera as quais o pouo ao presente não era poderoso»...

Estes argumentos eram realmente de tomo.

Não deixou, porém, a Câmara de Barcelos de insinuar, em reforço das suas razões, que outras freguesias, até ali ligadas a essa vila e que naturalmente passariam a depender de Esposende se esta alcançasse o triunfo da sua pretensão, poderiam ter algo a opor-lhe — embora não se visse bem o quê, pois antolhava-se evidente a solidariedade dos interesses das freguesias com os interesses da gente de Esposende.

De qualquer modo, não deixaram os Officiaes da Câmara de requerer ao provedor de Viana «que tomasse informação dos moradores do lugar de Fão e das freguesias conjuntas a Esposende por que dellas era o prejuizo fazer-se o dito lugar villa»...

Não é possível dizer, porque tal não reza o documento de que me socorro, se o provedor de Viana da Foz do Lima ouviu os vizinhos de Fão e de outras freguesias. Dada a meticulosidade com que nesse tempo se trabalhava — o tempo dava então para tudo... — natural é que o tivesse feito, até porque o problema não era só de se elevar a vila o lugar de Esposende: impunha-se a atribuir-lhe um território municipal, talhado à custa do termo de Barcelos, e esta operação de cirurgia espacial e administrativa era então, tanto ou mais do que hoje, extremamente melindrosa pelo que tinha de ser levada a cabo com grande delicadeza e cuidados — entre os quais a audiência dos povos assumia particular relevância.

Não deixaria por isso o esculpulo provedor de referir a opposição dessas freguesias se estas a tivessem meduzido com algum razoável fundamento.

O facto é que terminado o seu inquirito e dando exacto cumprimento à missão que lhe fora confiada, o provedor de Viana sentiu-se habilitado para, com a consciência em paz, abonar perante o Rei o mérito da pretensão de Esposende escrevendo que «seu parecer he que o dito lugar se deve fazer villa» dada «a muyta avexação que os moradores delle rreçebem em irem requerer

## BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA

Publicação

Correio do Minho

Local

Brago

Data

1910/1912

Série

N.º

seus negócios de justiça a dita villa de Barcellos onde as cousas e demandas de termo erão tantas que a todas «comodamente se não podia dar aviamentos».

A' cautela e para aliviar um pouco a grave responsabilidade que assim toma sobre si, ouso o mandatário del-Rei sugerir «que pera mais justificação se deuya de tomar o parecer de Dom Pedro da Cunha» que bem conhecia Esposende.

Desempenha-se pois briosamente da sua tarefa o provedor da Comarca de Viana da Foz do Lima.

Mas não de modo que bastasse para o Rei se dar por satisfeito e habilitado a decidir.

Havia ainda, com efeito, que mandar verificar pelos desembargadores do Paço se todas as formalidades do processo haviam sido observadas e as várias diligências praticadas com o indispensável rigor jurídico; e se os autos não enfermavam, pois, de deficiência de fundo ou de forma que compromettesse a correção formal e a justiça da decisão a proferir.

Os desembargadores examinaram o processo e informaram o Rei em termos que bastariam para o tranquilizar.

Não passara em claro porém, a sugestão do provedor de Viana no sentido de se colher de D. Pedro da Cunha. E o Rei resolveu ouvi-lo.

Era D. Pedro fidalgo do Conselho do Rei e Presidente da Alçada, homem importante e influente e dispondo de especial autoridade para se pronunciar sobre o assunto dado o seu bom conhecimento de Esposende por onde andara em exercício de funções oficiais — mais precisamente, «onde estivera com a allçada».

Não se furtou D. Pedro da Cunha a depor, e fê-lo dando parecer favorável à pretensão dos moradores de Esposende, ao declarar «por seu asynado», que «por mujtas rrezôis» lhe parecia que Esposende devia ser feito vila.

A causa parecia arrumada. Mas — oh! cuidados do tempo! Não fosse cometer-se algum erro ou simples deslize, O Rei julgou ainda oportuno, não obstante ter mandado ouvir em Barcelos o procurador do Duque de Bragança, seu «muyto amado e prezado sobrinho», dar vista da petição de Esposende ao procurador que o Duque tinha também na Corte!

Só então, feita esta diligência, se entendeu ser possível, com plena tranquilidade e de consciência, dar satisfação ao anseio Esposendense, lavrou-se sentença final e inequívoca: «Ey por bem e me praz de fazer villa o dito lugar d'Esposende e que o que d'aquy em diante para sempre se posa chamar e chame villa d' Esposende e a tiro e aqarto de

qualquer sogeição e suprioridade que a dita villa de Barcellos nelle tem». Isto, evidentemente, «sem embargo de quaisquer privilégios e posse que em contrário aja» pois «esta merçe que asy faço a dita villa d' Esposende não perjudicará em cousa allgua as doaçôis do Duque nem ao allcayde mor da villa de Barcellos...».

Mas se era para Esposende importante ser e poder chamar-se vila para sempre, era também preciso dar-lhe condições de subsistência, atribuindo-lhe um conveniente espaço vital. Não deixou o Rei de providenciar também neste particular, guiando-se pelas criteriosas propostas que lhe teria feito o diligente provedor de Viana.

E assim, grosseiramente embora, define-se o território municipal de Esposende como sendo o que se contém num semi-circulo com meia légua de raio, contado a partir da nova vila, «saber: E'Esposende pera a parte Norte ate São Bertollameu do Mar e dahj direito a villa-Chã e Samcroy e Gemess e dahj ate o rio Cabado no quel lymite de mea legoa a seis freguesias que tem setecentos vizinhos».

Temos de convir que se tratava de uma meia legua muito avantajada...

4. Foi isto em 19 de Agosto de 1572 e ficamos a sabê-lo com os pormenores referidos porque dispomos, felizmente, de um bem elaborado e minucioso documento.

Mas há uma coisa que o documento na sua frieza não relata — como relatar não podia:

— Muitos de vós poderão facilmente imaginar a grandeza e a dureza da luta em que tiveram de envolver-se durante longos anos os 370 «vizinhos mareantes» de Esposende para alcançar, perante a justiça de El-Rei, o deferimento de uma pretensão que tanto molestava e vizinha, populosa, rica e influente Barcelos.

Quantos esforços feitos, quantos sacrificios consentidos, quantos passados dados, quanto dinheiro gasto, quantos favores pedidos, quantas oposições neutralizadas, quantas influências movidas e dificuldades removidas — aqui, neste lugar de Esposende, na vizinha Vila de Barcelos, nas freguesias próximas, em Viana da Foz do Lima, nas antecâmaras do paço!...

A luta foi por certo gigantesca — mas acabou por ser vencida por aqueles 370 «vizinhos mareantes» do lugar de Esposende.

Quatro séculos decorreram desde então.

O termo de Esposende ampliou-se para nascente, para norte e para o sul do Cávado — e às 7 primitivas freguesias mais oito vieram juntar-se; o Concelho foi julgado municipal e foi comarca depois. A sua população multiplicou-se e alcançou de vida tais que nos últimos 10 anos este foi o único concelho rural do distrito de Braga que viu aumentar o número dos seus habitantes.

Estamos bem longe, pois, da situação figurada naquela carta de D. Sebastião.

Mas, por isso mesmo, que homenagem, que praito de gratidão não merecem, dos Esposendenses

de hoje, os 370 vizinhos mareantes que com a sua determinação, a sua unidade, a sua coragem e a superior arte de fazer as coisas souberam alcançar o triunfo que hoje, aqui, festivamente celebramos!

Pois que o exemplo desasombroso dos esposendenses de 1572 continue a inspirar nos esposendenses de hoje confiança no presente e fé no futuro; e a estimular em todos vós a capacidade realizadora, a profunda solidariedade e a inteira força que hão-de ser postas ao serviço da construção da cidade de futuro!

Tais são os meus votos.»

## Jantar de homenagem ao Ministro Mota de Campos oferecido pela Câmara de Esposende

Pelas 21 horas, no Hotel do Ofir, a Câmara Municipal de Esposende ofereceu um jantar de homenagem ao Ministro Mota de Campos, Ministro Adjunto do Presidente do Concelho — que presidiu.

Na mesa de honra viam-se os srs. Governador Civil de Braga, dr. Francisco Dourado; Presidente da Câmara, prof. Carlos de Oliveira Martins; dr. Machado Ruivo, Presidente da Comissão Distrital da ANP; brigadeiro Oliveira Barreto, 2.º comandante da Região Militar do Porto; Dr. Juiz José Luís Percira, corregedor do Círculo Judicial; Presidente da Câmara do Porto, eng.º Vasconcelos Porto; Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte, eng. António Carneiro; Dr. Teotónio Andrade e Castro, Pre-

sidente da Junta Distrital de Braga; Dr. Sobral Torres, presidente da Comissão encarregada das comemorações do Centenário; e ex.mas Esposas.

Na sala — entre mais de 150 convidados — viam-se todos os Presidentes das Câmaras do Distrito; vereadores e vice-presidente da Câmara de Esposende; deputados de Braga, presidente da Câmara de Viana do Castelo; procuradores à Câmara Corporativa; Delegado do I. N.T.P.; Secretário-Geral do Governo Civil e secretário particular do Presidente da Câmara de Braga; comandantes distritais da GNR e da PSP, bem como os comandantes da GNR das secções de Braga e de Barcelos e da brigada de Trânsito de

Braga; Director Escolar de Braga, e ex.mas esposas, etc.

Aos brindes, usaram da palavra o Presidente da Câmara de Esposende — que brindou, especialmente às virtudes da Senhora de Mota de Campos, que a tornaram admirada e estimada de todos os esposendenses — e saudou, de novo, o Ministro — para quem apelou com vista a ver-se realizada uma aspiração do Concelho: — o seu porto de mar — «chave que há-de abrir toda a promoção turística desta região».

Seguiu-se-lhe o Governador Civil, Dr. Francisco Dourado — que em síntese feliz aquilutou dos méritos da obra pública devida ao Ministro de Estado — desde a sua iniciação governamental como secretário de Estado da Agricultura, até o momento presente. A terminar a sua saudação, disse: — «Ninguém pode esquecer os serviços que V. Ex.ª já prestou, mas saudámo-lo pela sua mocidade, pela sua inteligência, pela capacidade que é dotado. E esperamos de V. Ex.ª muito mais a bem desta Terra e de todos nós».

O Ministro de Estado encerrou os brindes, com palavras de júbilo e de agradecimento. Referiu os laços de afectabilidade que o unem a Esposende — «cheguei aqui há 22 anos» — «aqui não tenho quem me queira mal e sou aqui amigo de toda a gente» — (disse) para continuar:

— «Farei por esta Terra quanto me for possível, e algo se poderá fazer, pois que tenho por mim, ao meu lado, um ilustre esposendense, que é membro do Governo e que eu muito estimo».

E terminou: — «Agradeço aos esposendenses o terem-me envolvido nesta festa, como se esposendense eu fosse».